

Vozes da Resistência: À Imprensa de Combate em Moçambique (1836-1974)¹

António Damião²

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo

Este artigo analisa o surgimento e a resistência da imprensa moçambicana durante o período colonial. Por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, examina artigos e jornais da época, traçando um panorama das práticas jornalísticas ao longo dos 79 anos sob domínio português. O estudo destaca as estratégias de resistência à censura e ao controle político, como o uso de línguas locais e um tom irônico nos periódicos. As conclusões apresentam uma imprensa que adotou características poéticas e literárias para sobreviver a censura e a imposição política do colonialismo português.

Palavras-chave: Censura; Imprensa; Resistência; Colonialismo; Moçambique.

Introdução

A trajetória da imprensa moçambicana entre 1836 e 1974 está profundamente enraizada nas lutas políticas, culturais e sociais travadas em contexto colonial. Este período, que culmina com a independência de Moçambique, é marcado por um processo contínuo de resistência, onde a imprensa de combate emerge como ferramenta estratégica e simbólica no enfrentamento ao domínio português. A pesquisa, de natureza qualitativa, baseia-se em fontes como jornais da época e bibliografia especializada, destacando o papel da imprensa na formação da identidade nacional e na luta pela independência.

1. A emergência de uma imprensa sob censura (1836-1900)

A imprensa moçambicana surgiu em 1836 com o decreto da Rainha D. Maria II, que estabeleceu a publicação de gazetas oficiais nas colônias. *O Boletim Oficial* (1854), primeiro periódico, servia para divulgar decretos metropolitanos, mas também abrigou os primeiros jornalistas locais. Jornais como *O Africano* (1877) e “” (1868) emergiram com

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho (Estudos da Comunicação) evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 20 a 22 de maio de 2025.

² Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em Jornalismo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: antoniodamiao03@gmail.com

críticas à escravidão e à corrupção colonial, mas foram rapidamente censurados (Sampaio, 2022). A curta vida desses veículos refletia a repressão e o analfabetismo da população, que limitava sua circulação.

É importante também ressaltar que desde os primeiros registros de imprensa em Moçambique, ainda no século XIX, percebe-se uma forte presença da censura. De acordo com Damião e André (2023), os jornais já nasciam sob o controle do poder colonial português, e sua função era essencialmente de reforço à lógica imperialista. Ainda assim, em meio a esse cenário, começaram a surgir manifestações pontuais de descontentamento com o regime colonial. Publicações como *A Colônia de Moçambique*, fundado em 1877 por Eduardo Ferreira, ensaiaram críticas ao sistema, principalmente no que tange à administração local, mas ainda sem romper totalmente com o sistema colonial. Essa primeira fase mostra que mesmo em ambientes de repressão, a imprensa pode servir como espaço de tensões e disputas. A presença de vozes discordantes, ainda que sutis, lança as bases para o surgimento futuro de uma imprensa mais engajada.

2. Imprensa e africanidade: intelectuais negros e a crítica ao colonialismo

A partir do início do século XX, nota-se um fortalecimento do discurso anticolonial, especialmente com o surgimento de intelectuais africanos que utilizaram os jornais como instrumentos de denúncia das práticas discriminatórias e de afirmação de uma identidade africana. Um exemplo notável é o de José João Albasini, que fundaram o jornal *O Brado Africano* em 1918. Este periódico torna-se um marco da imprensa negra em Moçambique, sendo um espaço onde se discutia a cidadania, o racismo e os direitos sociais dos moçambicanos.

O discurso de resistência assume, então, um caráter mais afirmativo, colocando a identidade africana em evidência e desafiando a narrativa colonial eurocentrista. A imprensa passa a servir como meio de formação de consciência social, cultural e política. Esses veículos de comunicação considerados da segunda geração, como *O Brado Africano* (1918) e o *Diário de Moçambique* (1950), adotaram um tom literário e irônico para burlar a censura. Textos poéticos criticavam indiretamente a violência policial e a discriminação racial como o texto “Era uma vez na Malanga”³ publicado pelo *Brado*

³ Era na Malanga, ao cair duma tarde de sol e moscas no mês de abril. Às portas, monhes espreitando o almejado “magaica” agora ausente coçavam-se desolados. Na esquadra policial um cipaio dormitava à varanda, com o cacete nas unhas, enquanto lá dentro o chefe atento punha em ordem a papelada,

Africano no dia 14 de junho de 1918 (Sampaio, 2022). A publicação em línguas locais (ex.: ronga) ampliou o alcance entre a população não portuguesa. Edições únicas, como *Imprensa de Lourenço Marques* (1926), reuniam denúncias coletivas contra leis repressivas. Essas táticas permitiram que a imprensa sobrevivesse, mesmo sob vigilância.

3. A censura e o controle da comunicação (1930-1960)

Com a ascensão do Estado Novo em Portugal, sob Salazar, a repressão à liberdade de imprensa intensifica-se. Em decorrência como afirma Joanguete (2016), a censura se torna mais sistemática, dificultando a atuação de jornalistas e intelectuais que se opunham ao regime. Publicações consideradas subversivas eram frequentemente encerradas, e seus autores perseguidos e assassinados. Mesmo assim, houve resistência. Alguns jornais mantiveram uma postura crítica, ainda que de maneira velada, abordando temas como a exploração da força de trabalho africana e as desigualdades sociais. Essa fase é marcada por uma imprensa que, embora cerceada, continuou exercendo um papel de denúncia e manutenção da memória crítica (Martins, 2017). A autora afirma ainda que a repressão do período forçou parte da imprensa de combate ⁴a se deslocar para o exterior, principalmente para países africanos e europeus, onde os moçambicanos exilados puderam dar continuidade à sua luta através de publicações clandestinas e redes de solidariedade internacional.

4. A imprensa ligada à luta armada (1960-1974)

Com o início da luta armada pela independência, em 1964, liderada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)⁵, a imprensa ganha um novo papel estratégico. Surgem então os chamados “jornais de guerrilha”, como “A Voz da Revolução”, publicados a partir das zonas libertadas ou em centros de apoio fora do país. Esses jornais eram fundamentais para mobilizar as populações, fortalecer a identidade nacional e divulgar os princípios da luta de libertação. Eles funcionavam como

aproveitando aquela paz tão longamente desejada. Tarde sem rumor, em que tudo mergulhava na tranquilidade em que devia viver todo sempre, tarde idílica única, sem precedentes na Malanga tumultuosa dos tempos do “compound”! Paz, sossego... que bom (Sampaio, 2022, p. 5).

⁴ De acordo com Massingue (2000), este período foi caracterizado por um “jornalismo de combate” uma espécie de mídia de denúncia às barbáries que acompanhavam a governação colonial portuguesa. Em decorrência dessa postura, muitos desses veículos de comunicação tiveram uma vida curta, devido principalmente à censura e à pressão exercida pela metrópole Portuguesa.

⁵ Foi um movimento nacionalista que lutou pela conquista da independência no país, hoje é o partido que administra o estado moçambicano desde 1975, logo após a independência do colono português.

contraponto direto à propaganda colonial e contribuíram significativamente para a coesão do movimento nacionalista. A imprensa de combate, nesse contexto, atuava tanto como fonte de informação quanto como instrumento de motivação política e ideológica.

É importante destacar o caráter pedagógico desses meios de comunicação, que não apenas noticiavam fatos, mas educavam a população sobre seus direitos, sobre a história de opressão colonial e os objetivos da luta de libertação. Se destaca nesta perspectiva o Jose Craveirinha (escritor moçambicano) e o Nesam (Núcleo de Estudantes Secundários de Moçambique) que divulgaram propagandas anticoloniais como “viva Moçambique independente” que carrega um tom poético que mascarava essa mensagem para evitar as recorrentes censuras do gabinete de informação colonial.

5. Conclusão: a imprensa como ferramenta de resistência

Ao longo do período colonial, a imprensa moçambicana passou por diferentes fases, adaptando-se aos contextos históricos, sociais e políticos. Mesmo sob intensa repressão, os jornais se tornaram espaços de resistência simbólica e prática, contribuindo para a construção de uma consciência coletiva anticolonial e para a mobilização política que ajudou na conquista da independência daquele país do sudeste africano.

A trajetória da imprensa de combate revela que a palavra escrita pode ser arma poderosa na luta por justiça, autonomia e dignidade. Os jornalistas, editores e intelectuais que ousaram desafiar o regime colonial por meio da palavra escrita desempenharam um papel fundamental na história de Moçambique, sendo parte ativa da sua libertação.

Este percurso histórico nos permite refletir sobre o papel atual da imprensa em contextos de opressão e censura como é o casos de cobertura dos ataques terroristas no norte de Moçambique – que por sinal é o cerne da discussão da minha tese de doutorado.

Referências bibliográficas

DAMIÃO, Antonio; ANDRÉ, Hendry Anderson. Cobertura jornalística com rédeas políticas: fronteiras entre informação e poder em Moçambique. **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**: 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Universidade de Brasília (UnB) – Brasília (DF) – novembro de 2023.

GRUPO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA IMPRENSA PERIÓDICA COLONIAL DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (GIEIPC-IP). Disponível em: <https://giepcip.wordpress.com>. acesso em 06 de abr. 2025.

JOANGUETE, Celestino. **Imprensa moçambicana: Do papel ao digital, teoria histórica e digitalização. Centro de Estudos Interdisciplinares.** Maputo, 2016.

MARTINS, Sandra Regina Carvalho. **Censura.** R. Fac. Dir. Univ. São Paulo v. 112 p. 661 - 683 jan./dez. 2017.

MASSINGUE, Maria Cremilda. A imprensa, o Estado e a Democracia. Promedia: Omaia Panachande. Maputo, 2000.

SAMPAIO, Thiago Henrique. Rindo à nossa moda: censura e dilemas nas páginas de O Africano durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). CLIO: **Revista de Pesquisa Histórica- CLIO** (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 40, Jan-Jun, 2022.